

Teresa Seruya

CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade Católica Portuguesa
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

***Danúbio*, de Claudio Magris, ou de como um rio narra a Europa¹**

This text is a short written version of a talk delivered at the Open Course “Olhares sobre a Europa” on Claudio Magris’ book *Danubio* (1986).

Magris – traveller and narrator – gives us an account of his travels which take him across all Central Europe, covering almost 3000 kms from Danubio’s source in Germany to the river’s mouth in the Black Sea. He pauses at places he considers emblematic, describing their peoples and their curiosities, their languages, their cultures and their recent and ancient history. His aim is to capture the spirit that portrays the known Mittleurope, its ways of life, its feeling towards life, its miseries, its grandeur, its ethnic diversity, its survival strategies. All throughout, one senses an underlying feeling of nostalgia regarding the exodus of the German culture, a culture which, alongside the Jewish culture, cemented the unity and civilization in Central Europe. Its disappearance, in his view, is a great tragedy which cannot be erased by the National Socialism perversion. Through today’s eyes I have attempted to present and comment the authors’ views in the light of the time the book was written.

Keywords: *Mittleuropa*, viagem, cultura alemã, minorias, austricidade

¹ Este texto é a versão escrita, encurtada, da conferência “Um olhar do viajante sobre a Europa”, proferida a 28 de Novembro de 2019, no âmbito do Curso Livre *Olhares sobre a Europa*, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre Novembro e Dezembro de 2019. Mantém, assim, as características de uma intervenção num curso livre, para o qual me foi pedido que falasse de um determinado livro.

Introdução: o que é e o que faz este livro

Podemos ler este livro (publicado em 1986) de múltiplas maneiras que, aliás, se entrecruzam. Insere-se, desde logo, na literatura de viagens, o que é expressamente afirmado pelo próprio narrador/autor:

A minha viagem ao longo do rio é sobretudo uma viagem em direcção a Banato, nas sombras de uma expansão agora desaparecida ou até invertida, do fim da II Guerra Mundial até aos nossos dias, numa retirada, no êxodo alemão da Europa Sul-Oriental.” (1992: 76)².

É também um ensaio poético sobre lugares e gentes e, igualmente, uma reflexão ensaística de cunho literário, histórico e político, por vezes também filosófico. Veja-se, por exemplo, a sua noção não-linear do tempo e do escrever da história:

Não há um comboio único do tempo, seguindo numa direcção única a uma velocidade constante; por vezes cruzamo-nos com outro comboio, que vem ao nosso encontro do sentido oposto, do passado, e por um momento esse passado fica ao nosso lado, no nosso presente. (39)

Ou esta meditação sobre a narratividade da historiografia:

No puro presente, que é a única dimensão em que se vive, não há história; não existe em instante algum o fascismo ou a Revolução de Outubro, porque nessa fracção mínima existe apenas a boca que engole saliva [...] deveríamos dizer que não é a sucessão dos instantes sem história que cria história, mas antes as correlações e acrescentos trazidos pela historiografia. (40)

O centro desta viagem pelo Danúbio é, certamente, a ideia de uma *Mitteleuropa* que, por vezes, se confunde com a própria ideia de

² Citamos da primeira tradução portuguesa de Miguel Serras Pereira, publicada pela Dom Quixote em 1992 (1ª edição). Apesar dos meus parcos conhecimentos da língua italiana, e admitindo que foi esta a língua-fonte do tradutor, esta tradução apresenta várias falhas no português, sendo um dos casos mais flagrantes o da pontuação. No entanto, por uma questão de rigor, não nos permitimos corrigir o tradutor, nem a revisão da editora, conforme tiver sido o caso.

Europa.³ A variedade, digamos étnica, que a caracteriza sugere que estamos de igual modo perante uma enciclopédia dos povos europeus.

Do ponto de vista do narrador, que não podemos deixar de confundir com o autor Magris,⁴ estamos perante um livro de memórias, escrito em forma de diário de viagem. Subjacente à(s) memória(s) está o problema da identidade, não somente em termos da pertença do narrador a um espaço cultural, como da identificação desse próprio espaço. A resposta é tão moderna como actual, a identidade para ele é “uma busca sempre aberta”, mas pode ser também “a entrega cúmplice ao desenraizamento” (43). No ano de 2019 em que o ciclo *Olhares sobre a Europa* se realizou, Julia Kristeva veio a Portugal falar em termos semelhantes sobre a identidade europeia, algo a que chamou de “infinitamente construtível e desconstrutível”, ou, por outras palavras, “o amor do ponto de interrogação” como sendo a melhor resposta à pergunta sobre essa identidade.⁵

Um rio é o seu percurso, são as suas margens, os sítios que banha, todos lugares de memórias, tanto particulares como da grande história, tanto em relação a monumentos como a autores e obras, memórias despoletadas pela circunstância do viajante, do observador, cujos registos diarísticos acompanham o curso do rio, da nascente à foz. Este viajante/observador/contador de histórias identifica-se como

³ A partir deste ponto não escreveremos mais *Mitteleuropa* em itálico, por considerarmos que o conceito já é usado com uma certa familiaridade em contexto português. Permitimo-nos também fazer derivar do termo adjectivos como “mitteleuropeu”.

⁴ Do ponto de vista da ciência literária, todo o texto é fictício. Assim, uma narrativa tem por autor sempre um narrador, que não se confunde com o autor real. Neste caso, porém, falaremos, a partir de agora, em Magris, o viajante real que várias vezes se identifica com um “eu” e refere pessoas concretas com quem se vai encontrando, guias turísticos locais, companheiros de viagem. Além disso, e sabendo de boa parte da obra germanística do autor, dedicada, no fundo, a muitos dos temas tratados em *Danúbio*, não podemos deixar de identificar os conteúdos ensaísticos da obra com o pensamento e os juízos do autor real.

⁵ Citei do manuscrito desta intervenção, gentilmente cedido por fonte da Universidade Católica Portuguesa que, nesta ocasião, conferiu o Doutoramento *honoris causa* a Kristeva. Existe, entretanto, uma publicação: Julia Kristeva, *Existe uma Cultura Europeia*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2020

um profundo conhecedor da cultura alemã e austríaca, afinal também ‘mitteleuropeia’.

O que este livro faz está exemplarmente condensado nas palavras com que Magris descreve o trabalho de um famoso historiador romeno, Nicolae Iorga (1871-1940), que investigou a fundo as origens da sua região:

Descendo à profundidade do húmus [...] descobria camadas antigas e soterradas [...] os vestígios da migração otomana e, mais atrás, dos povos turânicos do coração da Ásia [...] descobria [...] uma unidade-continuidade bizantino-turco-mongol que fluía como um veio subterrâneo, a comunidade ‘cárpato-balcânica’ antiga e ininterrupta, assente no velhíssimo fundo trácio e continuada pelo elemento grego plurinacional, tão importante [...] para a história dos principados danubianos. Este cadinho de estirpes e de civilizações é um caldo primordial da nossa história [...].” (381)

Esta “nossa história” será certamente uma parte substancial da nossa história europeia.

Claudio Magris (1939-): breve apresentação

Nascido em Trieste, com uma vasta obra literária, ensaística e jornalística publicada desde finais dos anos 60, Magris continua a ser um influente pensador da cultura europeia, também presente na língua portuguesa com várias traduções. À cabeça está o seu *Danúbio* (com sucessivas reedições, de 1992 até hoje). Seguiram-se *E Então Vai Entender*, original publicado em 2006, primeira tradução portuguesa por José Colaço Barreiros em 2009 na Quetzal (a partir de agora a editora de Magris), depois as crónicas publicadas no *Corriere della Sera*, *A História Não Acabou*, pelo mesmo tradutor (2011). Dois novos tradutores se juntaram: Sara Ludovico traduziu *As Cegas* (2012) e *Instantâneos* (2018), Antonio Sabler *Alfabetos. Ensaios de Literatura* (2013) e o romance *Uma Causa Improcedente* (2016).

Magris foi também professor universitário, passou primeiro pela Universidade de Freiburg, depois foi docente da Universidade de Turim, onde ensinou Língua e Literatura Germânicas. Tem variada publicação

na área da cultura de língua alemã, nomeadamente situada no Império Austro-Húngaro, de que é justamente considerado um especialista. Teve uma curta passagem pela política, exercendo o cargo de Senador entre 1994 e 1996.

O Danúbio: países, locais, pessoas, histórias (selecção)

Uma nota geográfica inicial: tem uma bacia de 817 000 Km², e 200.000 milhões de metros cúbicos de água que despeja todos os anos no Mar Negro.

Como se disse, o viajante Magris percorre o rio, da nascente na Alemanha, à foz e, como germanista, “transporta atrás de si a sua bagagem de citações e de ideias fixas.” (16). As localidades de Furtwangen e Donaueschingen, que disputam entre si a localização da nascente do rio, e os cruzamentos deste com o Reno, levam o narrador a confrontar os dois rios, como quem confronta o Germanismo com a Mitteleuropa, ou seja, o papel na Europa da Alemanha e da Áustria (do Império dos Habsburgos). São duas histórias exemplificadas em figuras como a *virtus* e a pureza germânicas de Siegfried vs. a Panónia, o reino de Átila, a sua maré oriental e asiática, Frederico II da Prússia vs. Maria Teresa de Áustria, ou ainda o nazismo, aquela “inesquecível lição da perversão da presença alemã na Europa Central” (31) vs. o austro-fascismo e as suas contradições. Apesar do confronto, do qual o Danúbio sai mais favorecido, o narrador irá várias vezes repetir que o “eclipse” da presença alemã na Mitteleuropa, ou “o êxodo alemão da Europa Sul-Oriental” (76) se tornou “uma enorme tragédia” (31). Lemos, neste contexto, uma frase lapidar, dir-se-ia mesmo premonitória (lembrando que Magris escreve em 1986): “Interrogarmo-nos sobre a Europa significa, hoje, interrogarmo-nos sobre a nossa própria relação com a Alemanha.” (31).

A chegada a Messkirch, na Floresta Negra, é motivo para falar de Heidegger, que ali morou em adolescente (44ss.). Ao visitar os actuais habitantes da casa assinalada com uma tabuleta, o narrador evoca o famoso filósofo que, “por um momento apenas” (47) pôs a sua filosofia ao serviço do Nacional-socialismo. Mas, por outro lado, aproxima-o de Kafka, da necessidade do desenraizamento, de “deixar

a nossa casa” para seguir o caminho para a verdade e o amor, que nos obriga a aventurarmo-nos no deserto, “até cada vez mais longe da Terra Prometida.” (47)

A próxima paragem nas margens do ainda jovem Danúbio é em Sigmaringen. Há uma visita com cicerone ao castelo, mas a principal evocação é do autor francês Céline, que ali se refugiou com outros colaboracionistas do governo de Vichy. Magris demora-se aqui a ponderar como “grandeza e queda convivem ao longo de toda a obra de Céline” (51), alguém que tanto se deixou “ofuscar pela revelação do mal” (52) como soube usar de “piedade pungente pelo indivíduo isolado” (53), ocupando-se de crianças mongolóides durante a sua fuga através de uma Alemanha devastada, sem nunca ter mostrado arrependimento perante o extermínio dos judeus.

“O Danúbio universal do engenheiro Neweklowsky” (título do segundo capítulo) começa na cidade de Ulm, por onde passa o Danúbio Superior, objecto do estudo intenso, muito pormenorizado, do referido estudioso nascido em 1882, e “perseguido por uma tranquila obsessão da totalidade” (62), como Magris demonstra na sua reflexão crítica sobre a obra. Crítica esta dirigida contra aquela busca de uma “construção sistemática” que o próprio engenheiro faz vacilar quando tocado pelo “vento imprevisto de uma irrepitível e fugitiva singularidade” (63). Mas Ulm desperta no viajante muitas outras evocações: o particularismo alemão, avesso a qualquer poder central, a hesitação entre a defesa das liberdades individuais contra o centralismo nazi, e o imobilismo do privilégio, entre um *Bürger* apolítico de que Thomas Mann foi um intérprete inexcelsível, e o cidadão (*citoyen*). A referência a Mann serve neste contexto para sublinhar como essa figura apolítica, da *Innerlichkeit* alemã, ilustra bem a separação entre ética e política que, numa interpretação que podemos ainda hoje aceitar, levou a muita resistência moral ao nazismo, mas impediu qualquer resistência política organizada. Um exemplo, poderíamos dizer comovente, dessa corajosa resistência moral individual, é o caso dos irmãos Hans e Sophie Scholl, executados em 1943, e que eram naturais de Ulm. Também a Ulm está ligada a figura de Rommel, implicado na conjura do 20 de Julho de 1944 para derrubar Hitler, e que escolhe envenenar-se em vez de enfrentar um tribunal que transformaria “um grande soldado em inimigo do país”

(72), isto por a sua formação não lhe permitir distinguir entre o seu país e o regime que traía este e que ele próprio, aliás, tentara destruir.

Antes de deixar para trás as muitas evocações de Ulm, vale a pena demorarmo-nos junto à abadia de Elchingen, perto da cidade. Aqui se evoca a rendição do general austríaco Mack a Napoleão em 1805, pretexto para assistirmos a uma elucidativa contraposição entre a figura de Napoleão e o “império danubiano” (80). Na interpretação de Magris, este “encarna por excelência o mundo da tradição”, enquanto Napoleão, vencendo os Austríacos em Ulm e entrando em Viena, “encarna a modernidade que persegue e assola de perto a velha ordem habsburgo-danubiana, num movimento cujo desfecho se dá em 1918 [quando a derrota da Alemanha e aliados ditou o fim do Império Austro-Húngaro]” (80). O tópico é desenvolvido com base na leitura que o reputado dramaturgo austríaco Franz Grillparzer (1791-1872) faz de Napoleão, bem longe da visão hegeliana do “espírito do mundo a cavalo”. À “politização total da vida, [à] irrupção da história e do Estado na existência individual” contrapõe Grillparzer o interesse da “civilização austríaca” pelo “marginal, o transitório, o secundário, a paragem e a pausa (...)” (82), em suma, “a vida irreduzível ao sistema” (82). O tema Napoleão regressa um pouco adiante, quando, na colina de Michelsberg, da pequena cidade de Kehlheim, se ergue o monumento mandado edificar por Luís I da Baviera para celebrar as Guerras de Libertação alemãs contra o domínio napoleónico. Certeiramente, o nosso viajante comenta como o espírito reformador dos políticos e generais daquelas guerras pouco compartilham da “ênfase nacionalista” sugerida pelo monumento glorificador (102).

Mais duas paragens no curso do Danúbio alemão evocam no viajante os crimes do Nacional-Socialismo. Em Günzburg nasceu Josef Mengele, esse médico “drogado pela crueldade”, “talvez o mais atroz dos assassinos dos Lager” (92). O leitor não é poupado à nomeação dos crimes de Mengele, cuja “volúpia assassina revela uma enorme banalidade, vazia como o seu estúpido sorriso durante a execução dos crimes.” (93).

Regensburg é a “pátria dos apaixonados pela sua cidade-Estado” (105), sede da Dieta Imperial permanente (1663), um dos corações do Sacro Império Romano (106). Nos bosques bávaros que a enquadram

situa-se o convento de Windberg, onde Adolf Eichmann se refugiou uns dias em 1934. Com triste ironia, Magris comenta que este “tecnocrata do massacre” parecia gostar da meditação, do recolhimento, “talvez até da oração” (118) – um tipo de observação que bem conhecemos dos chefes nazis dos campos de concentração que à noite tocavam Brahms e Beethoven e, de dia, mandavam judeus para as câmaras de gás.

Ingolstadt e Passau são as duas últimas localidades danubianas em território alemão. Ingolstadt está ligada à relação sentimental entre Brecht e Marieluise Fleisser, pretexto para considerações sobre a subalternidade feminina e a “violência sufocante da província” (99). Passau, com os seus três nomes e três rios (Danúbio, Inn e Ilz), a Veneza da Baviera (120), cidade imperial livre, residência do bispo-príncipe até 1803, presta-se a considerações sobre a sua beleza arquitectónica, de traço barroco, à mistura com uma “liberdade marinha, meridional” que convida à entrega “ao fluxo da vida e dos desejos” (122).

A primeira paragem na Áustria é na sua capital industrial, Linz, que, no entanto, não deixa de rimar com “Provinz”...e era a cidade preferida de Hitler que, felizmente, não conseguiu concretizar os planos faraónicos que Speer chegou a conceber para ela. Num plano oposto evoca-se o escritor do século XIX Adalbert Stifter e a sua “ordem doméstica” bem enraizada na tradição conservadora austríaca; recorda-se o idílio do velho Goethe com Marianne Willemer, que deu origem a “uma poesia amorosa entre as maiores de todos os tempos” (137). A tarde danubiana, cuja divisa é “densa de glória e de ocaso” (140) [creio que se trata de uma magnífica condensação do espírito austríaco] irá em breve fazer regressar à realidade da história com o campo de Mauthausen, onde morreram mais de cento e dez mil pessoas. As imagens do campo no museu levam o viajante a reflectir sobre a irrepresentabilidade literária da abjecção absoluta. Apenas o testemunho, “a transcrição fiel e material” do que se passou nos barracões e câmaras de gás, e da perspectiva do carrasco, pode citar à letra o inferno dos campos (147).

Nem só da grande história vive o Danúbio. E é assim que no capítulo “Uma torta para o arquiduque” (155ss.) Magris se demora a louvar o casamento de amor entre Francisco Fernando e Sofia, assassinados em Sarajevo em 1914, mas para destacar o episódio do pasteleiro Pischinger e as *Krapfen* [espécie de bola de Berlim] que inventou para Sofia, mal

amada pela corte por pertencer “apenas” à pequena nobreza checa. Outra figura checa é evocada numa localidade perto de Tulln, onde em 1924 morreu Kafka, o grande escritor da minoria alemã de Praga.

A Viena é dada uma justa centralidade no percurso danubiano. Ocupa um capítulo autónomo, “Café Central”. Magris descreve aqui a “grande cultura vienense” que “desmascara a crescente abstracção e irreabilidade da vida, devorada cada vez mais pelos mecanismos da informação colectiva e transformada na sua própria encenação.” (174). Seleccionando algumas paragens e evocações na revisita da cidade:

À “tragédia de Mayerling” é atribuído um “culto heróico-sentimental pelo suicídio de amor”. Magris baseia-se aqui nas memórias da mãe de Maria Vetsera, que alimentou uma paixão diferente da paixão proibida da filha com Rudolfo de Habsburgo, a paixão da respeitabilidade. A visão materna do caso leva-o a comparar os heróis dos romances libertinos do tipo *Liaisons dangereuses* com o herói romantizante (Rudolfo) que, em nome do seu prazer, “arrasta para a ruína o objecto do seu desejo” (180).

“Os Turcos às portas de Viena” foi o título de uma exposição que comemora o tricentenário do cerco e da batalha de 1683, que Magris interpreta como “um dos grandes momentos de oposição frontal entre o Oriente e o Ocidente.” (183) Percebe-se a aprovação do viajante perante a concepção da exposição, que não opõe vencedores e vencidos e “menos ainda civilização e barbárie”, apesar da felicidade de um visitante ocidental pela vitória que salvou Viena, mas também a Europa. A verdade, porém, é que a “história é feita de cruces e de crescentes” (185), às derrotas seguem-se vitórias, e a identificação do inimigo varia com o poder do momento. Ilustrando a relatividade de derrotas e vitórias, Magris fala do regresso dos Turcos ao Ocidente, agora como *Gastarbeiter* que vieram contribuir para o “milagre económico” alemão. É de registar a flagrante actualidade do comentário de Magris, ao verificar como as escolas alemãs se despovoam de crianças alemãs e se enchem das turcas, sinal de como o Ocidente “entrega à desnatalidade o seu próprio declínio” (185).

Vestígios do Nacional-Socialismo também Viena os tem. A passagem pelo gabinete de Eichmann, que preparava o programa racial do III Reich, despoleta o registo de como é enganoso afirmar que a

Áustria foi subjugada por Hitler. Magris recorda com números como o referendo que se seguiu ao *Anschluss* mostrou que a maioria dos austríacos não se opôs à anexação, e não foram só os da minoria alemã.

Algumas figuras de intelectual que passaram por Viena contrastam fortemente com o “espírito vienense”. É o caso do húngaro G. Lukács, muito lido na Alemanha, o pensador de pendor marxista com valores firmes “acima das necessidades” e que enquadra o mundo num sistema. O seu conhecido livro *A Destruição da Razão* acaba por ser, segundo Magris, um livro contra Viena, onde estivera exilado. É o pretexto para o autor definir por diversas vezes o referido espírito da cidade: Viena é “um lugar de naufragos, ainda que mascarados pela ironia, de um cepticismo [...] perante os sistemas de valores [...] a realidade cede perante a sua própria representação [...]” (197). Mais adiante, ao demorar-se em Budapeste, Magris vai demorar-se de novo no comunista Lukács, homem insensível perante a natureza, não apreciando, portanto, o Danúbio que avistava da sua janela. Mas a tónica principal é na figura atípica (do ponto de vista mitteleuropeu) deste intelectual húngaro, que quis “reconduzir a caótica multiplicidade do mundo a uma unidade e a leis racionais [...] operação [esta] marcada pelo estalinismo.” (289).

Duas últimas figuras (na nossa selecção) ilustram bem o espírito dominante de Viena e, bem assim, da Mitteleuropa: o judeu emigrado da Galícia Joseph Roth, “especialista em melancolia”, vivendo num “epílogo prolongado”, exercitando uma “arte de viver na orla do nada como se tudo estivesse no seu lugar” (202). Mas também noutras áreas de actividade se podem encontrar facetas aquele espírito, a que chama o “binómio musiliano de alma e exactidão”, por exemplo na economia. É assim que o economista Joseph Schumpeter (1883-1950), num esboço de romance encontrado no seu espólio, investiga as profundidades da alma humana com uma inteligência científica, mas sabendo que “para lá das fronteiras desse território cognoscível é que aparecem as grandes interrogações da existência [...]” (203).

A viagem vai continuar agora para aquelas terras a que se chamava a “Europa de Leste” (nunca assim designada por Magris, note-se). Sendo, por razões óbvias, menos conhecida de um leitor ocidental, desperta particular curiosidade, mesmo no confronto com situações ou

observações que perderam a pertinência por serem anteriores à queda do Muro de Berlim.

No capítulo “Castelos e Drevenice” encontramos-nos em Bratislava (Eslováquia). É sobretudo a partir daqui que Magris se detém na questão das minorias, nomeadamente no destino das minorias alemãs escoraçadas do Leste após 1945 (por alegada identificação com o nazismo), com graves perdas para os respectivos países (Checoslováquia, Hungria, Roménia), segundo o lamento de Magris. Sirva de exemplo o caso da Roménia. Na secção dedicada a Timișoara (319ss.), a cidade era a capital do Banato, portanto dos Suabos, os alemães do Banato que, afirma Magris, não estavam particularmente empenhados em comportamentos nacionalistas. Logo no pós-guerra “foram duramente humilhados: expropriações, deportações colectivas para a Rússia, discriminações.” A sua odisseia foi narrada por Arnold Hauser, escritor alemão que se destacou na vida cultural romena. Magris reconhece que Ceausescu tentou remediar as políticas anteriores, promovendo e encorajando a literatura das minorias linguísticas (húngaro, alemão, sérvio, eslovaco, ucraniano, iídiche, entre outras). Mas não deixa de referir o “controlo político opressivo e sufocante”, além de denunciar o culto da personalidade reinante no país (como bem se sabia). Um caso que Magris destaca é o da escritora romena de língua alemã Herta Müller, que se viu “forçada ao silêncio”. Em 1986 Magris não podia saber que Müller iria abandonar a Roménia com o marido, o poeta Richard Wagner, e exilar-se na Alemanha em 1987, e que receberia o Prémio Nobel em 2009, tendo estado também em Portugal por essa altura.

A capacidade das *nuances* é algo que um leitor de Magris aprecia cada vez mais, mesmo quando vão contra as suas posições, nomeadamente ideológicas. Voltando a Bratislava e à Eslováquia, evoca o escritor Ladislav Novomeský (1904-1976) e a sua obra *Domingo*. Poeta de vanguarda e militante comunista, foi preso em 1951 e condenado como “nacionalista burguês” (citação do próprio texto), até 1956, num processo típico dos “processos estalinistas dos anos 50, que ceifaram a fina flor do comunismo” (242). Foi reabilitado e “coberto de honrarias” em 1963. Contra as nossas expectativas de ocidentais (sugere Magris por outras palavras), não alinhou na Primavera de Praga de 1968, alinhando antes

na ideologia oficial da restauração do ideal comunista pela intervenção soviética. Na verdade, Bratislava provoca em Magris a “impressão” desta satisfação pela actuação dos Soviéticos, dada a tradição de uma proximidade da Rússia, de natureza “sentimental e espiritual”. Assim, enquanto a literatura checa foi “oficialmente aniquilada” e só sobrevive entre exilados (estamos em 1986), a eslovaca exerce uma função de colaboração, e possui uma “organização efectiva”.

À luz dos meses que antecederam a queda do Muro, as reflexões do autor sobre a “cortina de ferro” que “na fronteira entre a Áustria e a Hungria separa os dois hemisférios de influência das duas superpotências” (254), sabendo-se do papel dos dois países nos começos da reunificação da Alemanha e da Europa, se por um lado estão irremediavelmente datadas, por outro são eloquentes de uma ideia de Europa que não acaba com os países então de influência soviética. Na verdade, Magris aproveita a circunstância para contradizer os que defendiam que, depois de Viena, começavam os Balcãs, a Ásia. Por outras palavras, a paisagem magiar seria já o Oriente, “memória ainda fresca das estepes asiáticas”. O autor aceita que, ao entrar na planície húngara, se percebe estarmos numa Europa diferente, mas serão as pastelarias e as livrarias de Budapeste a desmentir que, a leste da Áustria, “começa uma espécie de indistinto regaço asiático” (254). Poderemos dizer que o derrube da “cortina de ferro” e a chegada dos antigos países de Leste à União Europeia confirmaram o desenho de fronteiras propugnado por Magris. Mas há uma função atribuída à Hungria, nomeadamente nalguma literatura, com que Magris parece concordar: a da defesa da plurinacionalidade do Império Habsburgo, “compartilhando o germanismo e o eslavismo e impedindo a supremacia de um dos elementos sobre o outro.” (254), tendo recebido e amalgamado muitas e variadas estirpes étnicas. É que as migrações de povos “devastam, mas também civilizam”, e os Turcos, por exemplo, pilharam, é certo, mas também trouxeram a cultura islâmica (255).

Um traço bastante saliente da história e da política húngaras é o seu “transformismo”, os “proscritos de 1956 que regressam e por vezes ocupam posições eminentes; a alternância de viragens democráticas e movimentos de tendência autoritária; o tratamento quase preferencial [...] que o governo reserva aos sem-partido.” Este traço é ilustrado na

figura do político János Kádár (1912-1989), cujo transformismo Magris resume, não sem alguma admiração, pois mudou sempre em nome da fidelidade a uma missão superior (palavras de Magris): “militante comunista desde sempre, incansável na militância clandestina durante o período fascista, torturado pela polícia secreta estalinista [...], homem da repressão soviética em 1956 e estadista que conduziu o seu país ao máximo grau possível de independência da Rússia, de liberdade, de bem-estar.” (262)

O “grande patriarca da literatura croata” Miroslav Krleža (1893-1981) merece a Magris toda uma secção neste capítulo da Panónia. É o poeta dos encontros e desencontros entre croatas, húngaros, alemães e outras gentes do mundo danubiano (266). Magris sublinha quão exemplarmente este autor permite tratar a identidade complexa, plural e incerta do indivíduo mitteleuropeu, neste caso habitante de uma Panónia que é “um cadinho de gentes e de culturas”. Krleža foi nacionalista croata antes da I Guerra, “mais tarde patriota na Jugoslávia dominada pelos Sérvios mas em breve descontente com o regime da monarquia reaccionária” (267), voltou depois às suas raízes croatas e à “*koiné* danubiana, transposta para o internacionalismo marxista, do qual foi um militante corajoso e empenhado.” (267)

Por vezes, o pensamento de Magris sobre a Europa tem um sabor de actualidade, embora velho de mais de 30 anos, suscitando alguma amargura no leitor de hoje, frequentemente confrontado com a narrativa da decadência da Europa e sua insignificância no palco internacional. Associando Budapeste e a Europa, refere-se à capital húngara como uma “cidade robusta e cheia de sangue, que sugere a força que a Europa poderia e deveria ter, se soubesse entesourar a sua multiplicidade dispersiva de energias e as unificasse em vez de as desperdiçar numa evasiva perpétua [...]. Em Budapeste somos levados a pensar com grande intensidade no crepúsculo ou no temido e decretado crepúsculo da Europa [...]” (279).

O “transformismo” referido acima a propósito da história húngara vem-nos de novo à memória quando lemos, no início do capítulo dedicado à Roménia (“Avó Anka”), sobre a minoria alemã do Banato, ilustrada pelo escritor Robert Reiter, aliás Reiter Róbert, aliás Franz Liebhard. (O Banato é um dos corações da Panónia e do velho Império

Habsburgo, hoje [1986] é uma das três zonas que compõem a região da Voivodina, integrada na Sérvia, tendo fronteira com a Romênia). Assim como sobre a cidade de Timișoara (capital do Banato) não é fácil afirmar ser húngara, romena ou alemã, também Reiter começou como poeta húngaro, mudou de nacionalidade, nome, língua e estilo literário, tendo-se tornado um suabo do Banato. Publica em 1952, em alemão, uma *Crônica Suaba*, dando assim voz ao seu povo, os alemães do Banato, “outrora súbditos de Viena, depois de Budapeste, e hoje vacilante minoria romena.” (306)

A viagem nesta zona começa na terra natal da avó Anka, Bela Crkva, a cidade que fazia parte do reino da Hungria e é hoje [1986] jugoslava. Os letrados oficiais estão em sérvio, húngaro e romeno, tendo a designação alemã, Weisskirchen, quase desaparecido. As igrejas ilustram a diversidade confessional da terra: são católicas, protestantes, russo-gregas e romeno-ortodoxas. O Danúbio é o “nervo vital” (307) de toda a região, porventura a que melhor prova oferece da diversidade étnica daquela parte da Europa, um “mosaico de povos”, uma terra “onde se encontraram e combateram o Império Otomano, a autoridade habsburga, a persistente vontade de independência – e mais tarde dominação – húngara, o renascimento sérvio e o romeno.” (308) O número de grupos étnicos, ou nações, segundo alguns, varia conforme os estudiosos, mas vai de uma a várias dezenas. Não sendo os únicos a chegar, a grande colonização foi a alemã. Depois do Banato, a outra região de forte influência alemã, mas agora de origem saxônica, foi a Transilvânia ou os Siebenbürgen. Um florescente núcleo de cultura alemã foi a Bucóvina dos Habsburgos, a pátria de M. Sperber e do grande poeta Paul Celan. Em 1986 Magris podia ainda afirmar que a cultura alemã nestas duas regiões continuava cheia de vida, mas vai mais longe: juntamente com a judaica, “foi um coeficiente de unidade e de civilização na Europa Centro-Oriental” (324)

O nazismo não podia deixar de emergir também nesta região, e escolhemos para o ilustrar os comentários de Magris sobre Celan, que viu os pais morrerem no holocausto dos Judeus, algo para ele vivido com uma “noite absoluta”, em que naufragaram os “sonhos de resgate do mundo” (335s.). O autor comenta como Celan viveu o extermínio dos judeus como um mal absoluto, algo que considera não existir, pois

mesmo a maior atrocidade é relativa, isto é, articula-se com nexos históricos à realidade global, o que não faz esquecer que no instante em que o mal é sofrido, é-o com sofrimento total (336). Estes comentários têm um complemento digno de ser citado: um autor e psiquiatra judeu, de inspiração kafkiana, que também viveu na Bucóvina (Robert Flincker), foi capaz de suportar o nazismo enquanto Mal, tendo vivido escondido durante a ocupação hitleriana. Já quando confrontado com o estalinismo “enquanto rosto da libertação”, com a ideia de Estaline poder ser a alternativa a Hitler, não o suportou e preferiu suicidar-se, logo em 1945. Têm razão os muitos que consideram o antifascismo de muitos comunistas pouco convincente, se é permitida uma opinião à autora deste texto.

Uma última nota deste capítulo para registrar a exaltação que Magris faz de Belgrado, da sua “identidade proteiforme” e da sua “extraordinária vitalidade” (347). Em 1986 Magris ainda fala de Jugoslávia, “herdeira da águia dupla, do seu estado supranacional e compósito, da sua função de intermediária e medianeira entre o Leste e o Oeste [...] um estado realmente plurinacional [...]” (347). Magris tem, no entanto, consciência dos “impulsos de dissolução interna” que considera estarem a ser iludidos, e teve razão antes do tempo. Mas louva o “mosaico jugoslavo”, semelhante ao mosaico habsburgo, pelas suas características aparentemente contraditórias, mas tão identitárias da Mitteleuropa: imponência e precariedade. (348).

Concordamos com Magris quando afirma que a Bulgária era o mais desconhecido dos países da Europa Oriental, situação que bem podemos considerar estar prolongada até aos dias de hoje (estamos no capítulo “Uma cartografia incerta”), talvez até o mais ortodoxo dos países de Leste. Aqui a história tem tudo a ver com a presença turca e surge até, da parte do autor, a interpretação de que a fraternidade búlgaro-russa assenta na luta pela libertação do jugo turco (150 anos), ao longo do século XIX (355). Pressente-se com clareza neste capítulo a admiração de Magris pelo que o socialismo conseguiu fazer ao atraso do país em que, mesmo depois de 1945, havia ainda aldeias que nunca tinham visto uma peça de teatro (358s.).

A Bulgária (“núcleo essencial da grande Eslávia”, 363) acolhe também a ideia cara a Magris da grande diversidade étnica através da

história, nomeadamente, neste caso, das vagas migratórias sucessivas que vieram desembocar nas margens do Danúbio. São nomeados povos de quem pouco se fala: “ragusanos, albaneses, exilados curdos, drusos do Líbano que Kanitz [a intérprete do viajante e seu grupo] se recorda de ter visto fechados em jaulas como aves de rapina, ciganos, gregos, armênios, judeus espanhóis e sobretudo tártaros e circassianos.” (360). Fala-se de um “crisol búlgaro” que “mergulha as suas raízes no confronto arcaico entre a civilização agrária do Sudeste e os invasores nómadas das estepes.” (363).

A propósito da “pequena Bucareste” que é a cidade de Ruse, evoca-se o Nobel de origem búlgara Elias Canetti, que lembra que, quando alguém subia o Danúbio até Viena, dizia-se que ia à Europa. Mas este sentimento antigo de não-pertença não é revivido por Magris, que se sente ali “como em casa, numa região familiar da Mitteleuropa sólida e empreendedora.” (370). O autor regista, citando Hannah Arendt, que a população búlgara saudava os judeus obrigados a usar o distintivo da estrela, imposição nazi ao governo de Sófia.

Finalmente, o Delta do Danúbio é em território romeno: “O delta, segundo Sadoveanu, é ao mesmo tempo uma bacia de povos e gentes, como se o Danúbio levasse para o mar e espalhasse à sua volta, galgando as margens, destroços de séculos e de civilizações, fragmentos de História.” (414) No delta viviam, em 1986, entre 25 a 30 mil pessoas.

Mitteleuropa: história de um conceito

Segundo Maciel Górnay na *International Encyclopedia of the First World War*,⁶ a obra de Friedrich Naumann *Mitteleuropa*, publicada em 1915, foi “a mais popular utopia em tempos de guerra”. Tratou-se de uma voz liberal no seio da discussão de tendência iliberal que se verificou na Alemanha sobre o futuro da Europa Leste-Central e do Sudeste. Os seus argumentos baseavam-se no comércio livre e na cooperação voluntária, enquanto a maioria queria antes discutir anexações territoriais.

⁶ Esta foi a nossa principal fonte de referência para efeitos da conferência: https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/concept_of_mitteleuropa
As fontes que citamos vêm aqui identificadas. Último acesso: 25/09/2021. Há numerosos outros entendimentos do conceito, cuja discussão não é possível aqui aprofundar.

O debate sobre uma unidade política e económica das referidas zonas da Europa datava da primeira metade do séc. XIX (embora outras fontes o remontem às migrações medievais que se seguiram à Peste Negra). Discutia-se, então, a possibilidade de uma federação centro-europeia entre o Império Russo e as potências ocidentais. Nas duas últimas décadas do século a discussão voltou, com Lujo Brentano (1844-1931), economista e reformador social, e Walther Rathenau (1867-1922), industrial, político e escritor. O seu objectivo era uma união alfandegária baseada num acordo entre o Império alemão e a Áustria-Hungria, ao qual se juntariam os estados dos Balcãs. As reacções variaram. Os alemães nacionalistas na Áustria queriam uma ligação mais forte com a Alemanha, para reforçar a sua posição dentro da monarquia austro-húngara à custa dos Eslavos. Mas os círculos industriais receavam a força competitiva da indústria alemã, e os agricultores alemães queriam proteger os seus produtos. A discussão entre os dois ‘parceiros’ não avançou até à Guerra que, afinal, veio acelerar o debate, nomeadamente acerca da união alfandegária. Em breve, porém, os planos anexionistas alemães passaram a primeiro plano, voltando-se para as fronteiras com a Polónia. Segundo o reputado historiador Imanuel Geiss (1931-2012), em 1916 a ideia da expansão territorial na Polónia, junto com planos para deslocar polacos e judeus e realojar judeus russos nos territórios adquiridos, era largamente aceite nos círculos políticos relevantes do *Reich* alemão. No seio deste discurso, o conceito de *Mitteleuropa* adquiriu um conteúdo imperialista e, por vezes, racista, pois fundia as ideias económicas iniciais com a ideologia do *Lebensraum* alemão.

Em Maio de 1915 as Potências Centrais (Alemanha, Império Austro-Húngaro, Império Turco otomano e Bulgária) começaram a expulsar a Rússia das áreas da Galícia povoadas sobretudo por polacos. A aquisição da Polónia alimentou o debate alemão sobre a *Mitteleuropa*, na suposição de que a expansão territorial poderia aliviar os prejuízos do bloqueio continental à Alemanha. No Outono deste ano é publicada a obra de Naumann que vende 200.000 exemplares, sem contar as traduções. Segundo o historiador e escritor Moshe Zimmermann, o liberal Naumann queria ultrapassar o fosso entre conservadores e modernos, desenvolvendo um nacionalismo liberal alemão adaptado ao seu contexto industrial e capitalista. Era um crítico de toda a expansão

imperialista, a que contrapunha a coexistência pacífica entre as nações. Olhava para os laços económicos e culturais que ligavam a Europa Central em toda a sua variedade étnica e linguística.

O livro de Naumann foi apoiado por muitos liberais alemães e austríacos, mas criticado por nacionalistas alemães defensores de projectos anexionistas e colonizadores. Contudo, mesmo o liberalismo e a abertura de Naumann não podiam esconder o facto de que uma Europa Central liderada pela Alemanha esperaria de alemães não nacionalistas, entre os quais os polacos e os checos eram os mais numerosos e activos politicamente, que rejeitassem planos de independência política. Consequentemente, escreve Górný, havia pouco apoio para a Mitteleuropa entre os seus futuros cidadãos.

Nos últimos meses da Guerra e no período entre Guerras, a ideia de Mitteleuropa moveu-se claramente para a direita, integrando uma agenda revisionista e, por fim, a ideologia nazi. Num artigo na *Historische Zeitschrift* de 1942, Helmut Rumpf caracterizou-a como uma “precondição política e jurídica do Reich”. M. Górný comenta, com ironia, que, embora o projecto de Naumann fosse bem diferente deste raciocínio, Mitteleuropa veio a receber a conotação do imperialismo alemão e das suas fantasias do espaço vital, mantendo-se esta associação até ao renascimento do conceito cultural de Europa Central nos anos 80.

Danúbio, de Claudio Magris, e bem assim muita da sua obra como germanista de renome, são manifestações eloquentes deste renascimento, que é apenas cultural. A cultura alemã (desligada de todo o projecto imperialista) é, no seu dizer, o cimento da unidade desse espaço.

Mitteleuropa, resgatada por Magris

Pretende-se, neste ponto, esclarecer os conteúdos do conceito, por quem fortemente contribuiu para o reabilitar, pelo menos durante algum tempo. Hoje, no século XXI, terá porventura apenas um valor histórico, ainda que susceptível de boas discussões. E bem pode dizer-se que *Danúbio* é a fonte mais explícita do pensamento do autor sobre o assunto. A ênfase é posta, logo de início, na multiplicidade étnica e na possibilidade da sua convivência pacífica. É assim que, ao contrastar o Reno e o Danúbio (este “envolvido num halo simbólico anti-

alemão”) há um primeiro *statement* sobre a Mitteleuropa, “hoje [1986] idealizada como uma harmonia de povos diferentes”, que realmente existiu durante o Império dos Habsburgos, “uma tolerante convivência compreensivelmente chorada depois do seu fim, até pela comparação com a barbárie totalitária que lhe sucedeu, entre as duas guerras mundiais, no espaço danubiano.” (28s.) A razão/explicação histórica encontra-a Magris no processo de unificação alemã liderado pela Prússia (1871), perante o declínio dos Habsburgos. A Áustria procuraria então “uma nova missão e uma nova identidade no império supranacional, crisol de povos e de culturas”. O mito dos Habsburgos intensifica-se, insistindo na especificidade austríaca, na “austricidade” que distinguiria o “homem austríaco” que exalta a auto-ironia tradicionalista e desconfia das vicissitudes da história, do prussiano “estatólatra”, “sequaz do pensamento dialéctico e virtuosamente fanático” (29).⁷

Em que consiste a ironia que é componente essencial da civilização mitteleuropeia é explicitado em termos que deixam adivinhar a sintonia do autor com aquele modo de estar na vida: “a arte de contornar obliquamente a própria aridez e de vencer a própria fraqueza; era o sentido da duplicidade das coisas [...] ensinava a respeitar os extravios e as contradições da vida, o desfasamento entre [...] o tempo e o eterno, entre a linguagem e a realidade [...]. A tolerância pelas insatisfações e deformidades do mundo, pelas suas paralelas que nunca se encontram, não apaga a confiança em que as paralelas se encontram no infinito, sem as obrigar pela força a encontrarem-se antes disso.” (58).

Por vezes são as figuras históricas que melhor ilustram singularidades. É o caso, acima já referido, do contraste entre Napoleão e a “civilização austríaca”, personificando este a “moderna febre de agir que aniquila o *otium* e o efêmero, e destrói o instante na impaciência de avançar.” (82s.) Mas muito antes de Napoleão, A. Wandruszka, citado por Magris, já vê desenhado noutras figuras traços mais tarde canónicos do mito Habsburgo. Foi o caso de Frederico III, que morreu nos últimos anos do século XV: “a simbiose de incapacidade e prudência, a impossibilidade de acção que se converte em sabedoria atenta e estratégia avisada, a hesitação e a contradição elevadas à categoria de linhas de conduta permanente [...]” (140).

⁷ O neologismo “austricidade” é da autoria do tradutor

O contraste de imagens, metáforas, personalidades é, efectivamente, um dos recursos retóricos preferenciais de Magris para as suas definições de Mitteleuropa. Elementos da paisagem ausentes desta geografia servem também essa finalidade, neste caso o mar. É que esta Europa “é da terra” e “perdeu a familiaridade [...] com o mar amniótico materno e com as antigas águas originárias [...]” (160). Deparamo-nos, então, com uma das grandes interpretações do que é esta Mitteleuropa, do seu sentimento perante a vida:

A Mitteleuropa é uma grande civilização da defesa, das barreiras [...] das trincheiras e das tocas escavadas em protecção contra os assaltos do exterior. A cultura danubiana é uma fortaleza que oferece um poderoso refúgio quando nos sentimos ameaçados pelo mundo, agredidos pela vida e com medo de nos perdermos na realidade instável, pelo que nos fechamos em casa, por trás dos papéis e modelos dos escritórios, na biblioteca [...] protegidos pelo *loden* quente e grosseiro. [...] O mar por seu turno é o abandono ao novo e ao desconhecido, enfrentar do vento mas também entrega ao movimento da vaga. (160)

A cultura mitteleuropeia tem uma vivência muito específica da fugacidade do tempo. O escritor austríaco Joseph Roth (1894-1939), judeu emigrado da Galícia e habitualmente considerado um eloquente exemplo de uma austricidade literária, suscita em Magris a melancolia, atitude considerada dominante de Viena e da Mitteleuropa, e assim definida:

[...] uma tristeza de colégio e de quartel [...] a tristeza da fugacidade e do desengano. Em Viena tem-se a impressão de que se vive e sempre se viveu no passado [...] é a canção do ‘lieber Augustin’ [...] que vive sempre o último dos seus dias, que vive num epílogo prolongado, no intervalo entre o poente e o fim, na despedida prorrogada e diferida. Essa pausa é o instante arrancado à fuga [...] a arte de viver na orla do nada como se tudo estivesse no seu lugar.” (202)

Um outro escritor que já citámos, o dramaturgo F. Grillparzer, evoca em Magris considerações semelhantes, e que voltam a identificar Mitteleuropa e austricidade como a arte da fuga, vagabundagem, amor da pausa na expectativa de uma pátria, (...) sempre buscada, sempre anunciada e nunca conhecida. “ (213)

A entrada na Europa de Leste marca uma diferença, mas que é essencialmente de regime político e, muitas vezes, do modo como este se reflecte na cultura. É o caso da Eslováquia, que exige aos seus escritores seguirem uma “epicidade positiva”, o que nada tem a ver com a “consciência poética ocidental”. Apesar disso, Bratislava é considerada um coração da Mitteleuropa, onde se pode viver uma estratificação de séculos, juntamente com conflitos por resolver. Aqui entra a memória, a ausência total da “ciência de esquecer” ou de “arquivar os acontecimentos”:

[...] Bratislava, o nome eslovaco, Pressburg o alemão, ou Poznosy, o húngaro, derivado de Posonium, antigo posto avançado romano sobre o Danúbio. O fascínio dos três nomes irradiava com a sugestão de uma história compósita e plurinacional e a predilecção por um ou outro de entre eles exprimia [...] atitudes fundamentais a respeito do Espírito do Mundo: a celebração instintiva das civilizações grandes e poderosas que, como a alemã, fazem a grande história; a admiração romântica pelos feitos de povos rebeldes, cavaleirescos e aventureiros como os Magiães; a simpatia pelo que é menor ou oculto, pelos pequenos povos que, como os Eslovacos, ficam longamente numa margem paciente e inobservada, uma terra humilde e fecunda que espera durante séculos o momento em que há-de florescer. (230)

Uma nova componente da Mitteleuropa é a anti-política. É referida a propósito do livro do escritor húngaro György Konrád (1933-2019) *Antipolítica*, com o significativo subtítulo “Meditações Mitteleuropeias”. Konrád tinha muita obra proibida na Hungria, que acabou por ser publicada na Alemanha. A recusa da política é aqui definida como “pan-politização totalitária, como intrusão do Estado e da razão de Estado em todas as esferas da existência.” (282) Ora justamente Mitteleuropa é o nome que Konrád dá à “esperança de uma Europa unida e independente dos dois blocos, na convicção de que os conflitos actuais [1986] entre russos e americanos, que hoje parecem o eixo da história universal, um dia serão considerados tão insensatos e irresponsáveis como os havidos entre franceses e alemães [...]” (282) Magris conclui que afinal em Budapeste a Europa também existe na cabeça das pessoas, não só nos cafés.

Depois da clarificação múltipla da ideia de Mitteleuropa, Magris consegue ainda encontrar uma palavra-chave definidora, e a propósito de uma minoria, a alemã na Hungria, “ameaçada pela magiarização na época habsburga, em regressão posterior a seguir a 1918, comprometida com o chauvinismo germânico no tempo do nazismo e por isso esmagada ou ignorada depois de 1945”. Em 1986 acreditava ainda que a situação se poderia inverter e que essa minoria teria uma “função mediadora entre culturas diferentes”, acrescentando o seguinte comentário: “a palavra de ordem-chave de toda a Mitteleuropa” (296). E lembramos de como, para o nosso autor, os Alemães foram os Romanos da Mitteleuropa. Aliás, junta-lhe a cultura judaica – foram “um coeficiente de unidade e de civilização na Europa Centro-Oriental [...]”(324) E não é demais recordar que chamou ao “êxodo alemão da Europa Sul-Oriental” uma “enorme tragédia” que o Nacional-Socialismo não pode fazer esquecer.

Comentário final

Pode a ideia de Mitteleuropa ser hoje apenas objecto de alguma nostalgia para uns, ultrapassada e anacrónica para outros, um conjunto de valores e visões pouco funcionais para outros ainda. Sobre o papel da Alemanha na coesão europeia, na defesa de valores europeus haverá porventura menos dissensões.

No ano em que Magris completou 80 anos (1919), Francisco José Viegas, que o acompanhara dois anos antes numa visita a Portugal, escreveu as palavras certas com que concluímos:

Este italiano (de Trieste) fascinado pela cultura alemã e pelas línguas [acrescento: e povos] europeias, [...] previa há muito que a Europa se transformaria nisto: um lugar envelhecido e tempestuoso – mas o único lugar onde sabemos viver em paz com a nossa ideia de felicidade e a memória dos nossos antepassados.⁸

⁸ *Claudio Magris, um mestre – A Origem das Espécies* (sapo.pt), acedido pela última vez a 28.09.2021.